

PROCESSO Nº: 0810478-91.2017.4.05.8300 - APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: ERICO CRISTIANO ALVES BARBOSA

ASSISTENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima - 2ª Turma

JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1º GRAU): Juiz(a) Federal Arthur Napoleão Teixeira Filho

RELATÓRIO

O SR. DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA (RELATOR):

Adoto como relatório o seguinte trecho do Parecer da PRR 5ª região:

"ERICO CRISTIANO ALVES BARBOSA foi denunciado pela prática de atos, em tese tipificados no art. 304 c/c 297 do Código Penal.

Julgado, foi proferida sentença pelo Juízo da 17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, que julgou procedente o pedido da acusação, condenando o réu a uma pena de dois anos e seis meses de reclusão, que, posteriormente, foi substituída por duas restritivas de direito, que foram, respectivamente, uma pena de prestação de serviços à comunidade ou a entidade pública e uma pena de prestação pecuniária, além da pena de multa anteriormente arbitrada.

Inconformado, o réu interpôs apelação, cujas razões (Id. 4058308.4292118) aduzem, em suma, pela desqualificação do delito da denúncia para o de estelionato tentado, com a consunção deste ao de uso de documento falso; de que inexiste concurso material entre o estelionato e a falsidade documental; para que seja conhecido o arrependimento posterior e para que as circunstâncias judiciais sejam consideradas negativas, pois teriam sido equivocadamente valoradas, tendo com isso o juízo recaído em "bis in idem" no momento do somatório da pena. Ademais, que caberia a atenuante da confissão espontânea e que a dosimetria da pena e a cominação da multa foram acima do patamar apropriado para o delito em tela."

Houve contrarrazões.

Remetidos os autos à Procuradoria Regional da República, opinou o ilustre representante do *Parquet* pelo provimento parcial do recurso para que seja modificada a sentença apenas em relação às circunstâncias do delito, para que seja negativamente valorada e assim, diminuindo a pena.

Processo revisão (art. 29, II, do Regimento Interno).

É o relatório.

PROCESSO Nº: 0810478-91.2017.4.05.8300 - APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: ERICO CRISTIANO ALVES BARBOSA

ASSISTENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima - 2ª Turma

JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1º GRAU): Juiz(a) Federal Arthur Napoleão Teixeira Filho

VOTO

O SR. DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA (RELATOR):

Insurge-se ÉRICO CRISTIANO ALVES BARBOSA contra a sentença que o condenou pela prática do crime de uso de documento falso (art. 304 c/c 297 do CP) às penas de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime inicial aberto, substituída por restritivas de direitos, além do pagamento de multa.

Foi ele denunciado porque apresentou, no momento da posse no cargo de professor da Universidade do Vale do São Francisco - UNIVASF - certidão de conclusão do curso de mestrado em Matemática da Universidade Federal de Campina Grande/PB, materialmente falso, pois não frequentou aquele curso.

Registre-se que, como mostra a sentença, a falsidade do documento foi comprovada por diversos elementos: Ofício. UAMat/CCT/UFCG/Nº. 01/2016, da Unidade Acadêmica da UFCG, informando que "o Sr. Érico Cristiano Alves Barbosa jamais foi aluno do Programa de Pós-Graduação em Matemática PPGMat/EAMat/CCT/UFCG"; o nome do réu não consta dentre os alunos, egressos e dissertações, do Programa da Mestrado Acadêmico em Matemática da UFCG; o réu era servidor do IF-Sertão Pernambucano e não recebia rubrica de pagamento da titulação do mestrado.

Além disso, o próprio apelante reconheceu, em seu interrogatório, a falsidade do documento.

Assentada tal premissa, examino as razões recursais, nas quais o apelante sustenta, inicialmente, a necessidade de se desclassificar a infração penal para estelionato na forma tentada, com a consunção deste ao de uso de documento falso.

Pede, ainda, a incidência da causa de diminuição de pena referente ao arrependimento posterior (art. 16, CP).

Por fim, adverte que, ao fixar a pena-base, a sentença incorreu em *bis in idem* ao sopesar as circunstâncias judiciais. Quanto à multa, alega também merecer ser reduzida.

A irresignação merece ser acolhida apenas em parte.

De saída, não tenho a menor dúvida de que comete crime de uso de documento falso, previsto no art. 304 c/c 297 do CP, o agente que, valendo-se de certificado inautêntico de conclusão de mestrado em matemática, supostamente emitido pela Universidade Federal de Campina Grande/PB, toma posse no cargo de professor da Universidade Federal do Vale do Rio do São Francisco.

Nesse contexto, resulta inviável a aplicação do princípio da consunção, de modo a se considerar que o uso do documento falso (art. 304, CP) consistiria em crime-meio para a prática de estelionato na forma tentada (art. 171 c/c 14, II, do CP), o qual absorveria o primeiro.

O comportamento acima nada tem a ver com estelionato. Não se está diante da prática de crime contra o patrimônio: o bem jurídico violado foi a fé pública, mediante a utilização de documento contrafeito em concurso público, quando se deu a consumação da infração penal prevista no art. 304 do CP, mercê da sua natureza formal, a prescindir da provocação de prejuízos.

Fica repelida, portanto, essa tese recursal.

Melhor sorte não assiste ao pedido de incidência da causa de diminuição de pena prevista no art. 16 do Código Penal (arrependimento posterior), a qual demanda que o crime praticado seja patrimonial ou, ao menos, possua efeitos patrimoniais, o que não se aplica ao crime de uso de documento falso.

Além disso, o pedido de exoneração do apelante só teve lugar após a universidade tomar ciência da prática delitiva (e dois dias antes de determinar a sua notificação para prestar esclarecimentos no processo administrativo), o que descaracteriza, de qualquer modo, a alegada espontaneidade no desligamento do cargo.

Já no tocante à dosimetria da penal, entendo que está a merecer alguns ajustes.

É que, aqui, a fixação da pena-base em 3 (três) anos de reclusão - acima, portanto, do patamar mínimo de 2 (dois) anos - deu-se com base em critérios inidôneos, que ora se confundem com o próprio elemento subjetivo ("*Culpabilidade: é grave, pois o réu detinha plena ciência da ilicitude da conduta*"), ora não extrapolam o *modus operandi* da infração penal ("*Circunstâncias do crime: o réu obteve o documento falso para tomar posse no cargo de professor da UNIVASF*").

Por outro lado, merece ser mantida a apreciação negativa das consequências do delito, considerando que, por se tratar de delito formal, o resultado material não é indispensável à sua configuração.

Assim, o fato de ter o apelante chegado a tomar posse no cargo de professor da UNIVASF figura como vetor legítimo de majoração da pena-base, a qual deve ser fixada, portanto, em 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão.

Na segunda etapa da dosimetria, mantida a incidência da atenuante da confissão espontânea (art. 65, III, "d", CP), fica a pena reduzida ao patamar mínimo de **2 (dois) anos de reclusão**, o qual, à falta de minorantes e majorantes, resta fixado em **definitivo, mantido o regime inicial aberto e a substituição por restritivas de direitos**.

Deve ser reduzida, por conseguinte, a quantidade de dias-multa de 50 (cinquenta) para **10 (dez), mantido o valor individual de 1/30 (um trinta avos)**.

Com base no exposto, **DOU PROVIMENTO, EM PARTE, À APELAÇÃO CRIMINAL**, apenas para ajustar a dosimetria das penas fixadas ao apelante, na forma acima.

É como voto.

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

Desembargador Federal Relator

PROCESSO Nº: 0810478-91.2017.4.05.8300 - **APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: ERICO CRISTIANO ALVES BARBOSA

ASSISTENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima - 2ª Turma

JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1º GRAU): Juiz(a) Federal Arthur Napoleão Teixeira Filho

EMENTA

PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304 C/C 297 DO CP). UTILIZAÇÃO DE CERTIFICADO FALSO DE CONCLUSÃO MESTRADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. TESE DA ABSORÇÃO DO *FALSUM* POR UMA SUPOSTA TENTATIVA DE ESTELIONATO (PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO). INVIABILIDADE. ARREPENDIMENTO POSTERIOR. INAPLICABILIDADE. DOSIMETRIA DA PENA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. MAJORAÇÃO CUJA FUNDAMENTAÇÃO NÃO SUPERA A DESCRIÇÃO LEGAL DO DELITO. PROVIMENTO EM PARTE.

1. Comete crime de uso de documento falso, previsto no art. 304 c/c 297 do CP, o agente que, valendo-se de certificado inautêntico de conclusão de mestrado em matemática, supostamente emitido pela Universidade Federal de Campina Grande/PB, toma posse no cargo de professor da Universidade Federal do Vale do Rio do São Francisco.
2. Inviável a aplicação do princípio da consunção, de modo a se considerar que o uso do documento falso (art. 304, CP) consistiria em crime-meio para a prática de estelionato na forma tentada (art. 171 c/c 14, II, do CP), o qual absorveria o primeiro. Não se está diante da prática de crime contra o patrimônio: o bem jurídico violado foi a fé pública, mediante a utilização de documento contrafeito em concurso público, quando se deu a consumação da infração penal prevista no art. 304 do CP, mercê da sua natureza formal, a prescindir da provocação de prejuízos.
3. A incidência da causa de diminuição de pena prevista no art. 16 do Código Penal (arrependimento posterior) demanda que o crime praticado seja patrimonial ou, ao menos, possua efeitos patrimoniais, o que não se aplica ao crime de uso de documento falso. Além disso, o pedido de exoneração do apelante só teve lugar após a universidade tomar ciência da prática delitiva (e dois dias antes de determinar a sua notificação para prestar esclarecimentos no processo administrativo), o que descaracteriza, de qualquer modo, a alegada espontaneidade no desligamento do cargo.
4. Dosimetria de pena a merecer ajustes, uma vez que a fixação da pena-base em 3 (três) anos de reclusão - acima, portanto, do patamar mínimo de 2 (dois) anos - deu-se com base em critérios inidôneos, que ora se confundem com o próprio elemento subjetivo ("*Culpabilidade: é grave, pois o réu detinha plena ciência da ilicitude da conduta*"), ora não extrapolam o *modus operandi* da infração penal ("*Circunstâncias do crime: o réu obteve o documento falso para tomar posse no cargo de professor da UNIVASF*").
5. Por outro lado, merece ser mantida a apreciação negativa das consequências do delito, considerando que, por se tratar de delito formal, o resultado material não é indispensável à sua configuração. Assim, o fato de ter o apelante chegado a tomar posse no cargo de professor da UNIVASF figura como vetor legítimo de majoração da pena-base, a qual deve ser fixada, portanto, em 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão.

6. Na segunda etapa da dosimetria, mantida a incidência da atenuante da confissão espontânea (art. 65, III, "d", CP), fica a pena reduzida ao patamar mínimo de 2 (dois) anos de reclusão, o qual, à falta de minorantes e majorantes, resta fixado em definitivo, mantido o regime inicial aberto e a substituição por restritivas de direitos.
7. Deve ser reduzida, por conseguinte, a quantidade de dias-multa de 50 (cinquenta) para 10 (dez), mantido o valor individual de 1/30 (um trinta avos).
8. Provimento, em parte, do apelo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram como partes as acima indicadas.

DECIDE a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à unanimidade, **DAR PROVIMENTO, EM PARTE, À APELAÇÃO CRIMINAL**, nos termos do voto do Relator e das notas taquigráficas, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26 de maio de 2020.

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA

Desembargador Federal Relator